

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE: ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

THE FOUNDATION OF THE UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO NORTE: BETWEEN STORIES AND MEMORIES

LA FUNDACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DEL RIO GRANDE DO NORTE: ENTRE HISTORIAS Y MEMORIAS

Ana Tereza dos Santos Araújo¹
Maria Inês Sucupira Stamatto²
Olívia Morais de Medeiros Neta³

Resumo

A presente investigação tem como finalidade trazer reflexões sobre a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir da análise de aspectos históricos, políticos e sociais dos processos e sujeitos que contribuíram tanto para sua criação quanto para sua consolidação. A pesquisa é documental e bibliográfica e fazemos uso dos entendimentos de documentomemorial e memória para Le Goff e lugares de memória para Pierre Nora. Analisamos a UFRN em seus processos de criação em 1958, até sua federalização em 1960. O estudo acerca das memórias da criação da UFRN apresenta diferentes significados no campo histórico-educacional, permitindo-a auferir um espaço importante no cenário histórico e político do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: História da Educação. Memória. Criação. Universidade. UFRN.

Abstract

The purpose of this research is to reflect on the creation of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), based on historical, political and social aspects of the processes and subjects that contributed to its creation and consolidation. The research is documentary and bibliographical and we make use of the document-monument and memory understandings for Le Goff and places of memory for Pierre Nora. We analyzed UFRN in its creation processes in 1958 until its federalization in 1960. The study about the memories of UFRN's creation presents different meanings in the historical-educational field, allowing it to gain an important space in the historical and political scenario of Rio Grande do Norte.

Keywords: History of Education. Memory. Creation. University. UFRN.

Resumen

La presente investigación tiene como finalidad traer reflexiones sobre la creación de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), a partir del análisis de aspectos históricos, políticos y sociales de los procesos y sujetos que contribuyeron tanto para su creación y para su consolidación. La investigación es documental y bibliográfica y hacemos uso de los entendimientos de documentomemorial y memoria para Le Goff y lugares de memoria para Pierre Nora. Analizamos la UFRN

¹ Graduanda em pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Pós-doutora em educação, professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ Doutora em educação, professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

en sus procesos de creación en 1958, hasta su federalización en 1960. El estudio acerca de las memorias de la creación de la UFRN presenta diferentes significados en el campo histórico-educativo, permitiendo obtener un espacio importante en el escenario histórico y político del Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Historia de la Educación. Memoria. Creación. Universidad. UFRN.

Introdução

“Instala-se esta Universidade como nasce uma criança e vive a semente, numa potencialidade da confiança.” (Luiz da Câmara Cascudo)

Em 25 de junho de 1958, através da Lei nº 2.307, sancionada pelo então Governador Dinarte Mariz, em uma sessão solene realizada no Palácio Potengi, foi criada a Universidade do Rio Grande do Norte. Somente em 1960, a partir da associação das Faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito e Escola de Engenharia, nasceu a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Neste contexto, o objetivo deste estudo é provocar reflexões sobre a criação da universidade, partindo da análise de aspectos históricos, políticos e sociais dos processos e sujeitos que contribuíram tanto para sua criação quanto para sua consolidação. Assim, atentamos às articulações políticas que corroboraram para esse processo, considerando os principais agentes envolvidos nessa trajetória.

Nesta análise tratamos das histórias e memórias de criação e consolidação da UFRN, acompanhando a construção da universidade desde os almejos de Câmara Cascudo por uma Universidade Popular em 1948, transpassando o período da sua criação em 1958, até a sua federalização em 1960, onde ela passou a ser constituída por cinco estabelecimentos de ensino superior do Rio Grande do Norte. Para isto, realizamos uma análise das memórias da Universidade a partir das vivências, experiências e processos institucionais além do recorte temporal do estudo, contemplando marcos históricos que antecedem e são posteriores a criação da UFRN (1958), necessários e fundamentais para a compreensão desse processo.

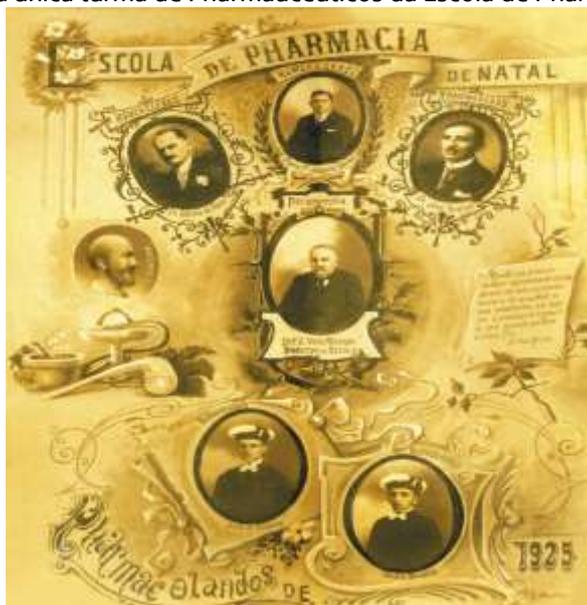
Posto isso, gerou-se a problemática de investigar mais sobre as articulações para criação da UFRN e as contribuições e sujeitos envolvidos nesse processo, considerando os aspectos sociais, políticos e pedagógicos dentro do campo educacional, em especial da História da Educação. Para tais questões, utilizamos como referencial teórico os

entendimentos de documento-monumento e memória para Jacques Le Goff (1996) e lugares de memória trabalhado por Pierre Nora (1984), além de trabalhos acadêmicos-científicos que apresentaram grandes contribuições para elaboração da temática explorada.

Na metodologia, utilizamos da análise documental e bibliográfica em acervos físicos e virtuais disponibilizados pelos repositórios institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), notadamente os do Repositório de História e Memória da Educação (RHISME) da UFRN e suas coleções do Centro de Educação (CE).

Para compreendermos o processo de construção da UFRN, faremos breve histórico das instituições de ensino superior que a antecederam a criação da UFRN no estado do Rio Grande do Norte (RN). Em 1923, tivemos a primeira experiência em ensino superior do estado, com a Escola de Pharmacia de Natal, criada a partir do decreto nº 192, assinada pelo Governador em exercício Antônio José de Melo e Souza. A escola foi responsável pelo primeiro curso superior do estado, o curso de Farmácia. No mesmo ano, também foi sancionada a lei nº 570, que criou o curso de Odontologia, anexado à Escola de Pharmácia, quando ela passou a se chamar Escola de Pharmacia e Odontologia de Natal, porém, o curso de Odontologia sequer chegou a funcionar, pois não houve turmas. A primeira turma de formandos da Escola de Pharmacia e Odontologia foi composta por dois alunos do curso de Farmácia, como mostra a figura 1, que formaram-se em 1925, mas devido a baixa procura, a escola acabou sendo suspensa.

Figura 1: Lembrança da única turma de Pharmaceuticos da Escola de Pharmácia de Natal em 1925.



Fonte: Foto de Antonio Miranda em Newton Júnior (2008).

As novas experiências de oferta de ensino superior no estado do Rio Grande do Norte, ocorreram em sua maioria, após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), onde a participação dos municípios de Natal e Parnamirim muito contribuíram para para tal acontecimento. Para Itamar de Souza, historiador, “A presença de oficiais brasileiros e norte-americanos, especializados em diversos ramos da ciência e da tecnologia, possibilitou que as elites de Natal percebessem o atraso intelectual em que viviam.” (SOUZA, 1984).

Conforme os escritos de Souza (1984), tivemos ainda durante a Segunda Guerra, em 1941, a abertura do Instituto Filosófico São João Bosco, que possuía como foco formar os clérigos salesianos em Filosofia, Ciências e Letras, funcionando até 1959, quando por decisão do Padre Agenor Pontes, foi transferido para Lorena, em São Paulo. Somente a partir de 1945, que surgiram os cursos em escolas e faculdades isoladas, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1947; a Faculdade de Direito, em 1949; a Faculdade de Medicina, em 1955, e a Escola de Engenharia, em 1957.

Outras Escolas e Faculdades foram criadas, entretanto, foram as cinco instituições citadas anteriormente que contribuíram diretamente para a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Posto isso, iremos analisar como se deu esse processo de

associação das instituições, para entendermos como ocorreu a construção das memórias de fundação.

Câmara Cascudo: a Universidade e a Civilização

Para falar da criação da UFRN é preciso falar sobre Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), um folclorista, professor, historiador e jornalista que foi um dos mais importantes pesquisadores de cultura e etnografia do Brasil. Realizou pesquisas e trabalhou até seus últimos anos, antes de falecer aos 87 anos. Câmara Cascudo colecionou várias honrarias e prêmios ao longo de sua trajetória, e até dias atuais seu trabalho é reconhecido e divulgado através do Instituto Câmara Cascudo, como o principal nome intelectual do estado do Rio Grande do Norte. Cascudo foi o único escritor do Brasil a ter seu rosto estampado em papel moeda nacional, selos em correios e nas bilheterias federais.

Para Onofre Lopes, primeiro reitor da UFRN, Câmara Cascudo era “uma universidade antes da universidade”, considerando sua importância nas articulações para criação da UFRN. Em 1948, Cascudo liderou o movimento em prol de uma Universidade Popular, ideia que segundo Souza (1984), advinha da Europa e que chegou a Natal junto com a segunda guerra (1939-1945) trazendo mudanças sócio-culturais configuradas em novos costumes e que possibilitou o intercâmbio com personagens de uma cultura mais cosmopolita.

Anteriormente, o estado vivenciou experiências diversas com “Universidade Populares” em 1925, como a Universidade popular de José Augusto (Natal), a Universidade Popular de Goianinha e a Universidade Popular de Touros. Porém, nenhuma delas possuía a então finalidade da Universidade Popular de Câmara Cascudo (1948), instalada em 1º de maio do mesmo ano em sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico. Cascudo discursou sobre as finalidades da sua nova instituição. Para Cascudo, a universidade deveria ter uma estrutura simples, entrada franca, conferencistas convidados e sem burocracia.

A Universidade contou ao longo do ano com 18 conferências amplamente concorridas, todas ministradas no Instituto Histórico e Geográfico. Entre os conferencistas, temos nomes conhecidos e memoráveis, como Dr. Januário Cicco, palestrando sobre o “Padre João Maria”, Dr. João Machado, em aula intitulada “O Doido, o Maluco e o Anormal

na concepção popular e científica”, o Dr. Otto de Brito Guerra, em aula sobre “Leão XIII e seu tempo”, além desses nomes, algumas conferências foram ministradas pelo próprio Câmara Cascudo, como as cinco aulas sobre História da Literatura do Rio Grande do Norte.

Neste contexto, Souza (1984) afirma que a Universidade Popular de Câmara Cascudo representou um movimento intelectual, que despertou nas elites natalenses a consciência de seu valor, fomentando a ideia de Universidade que viria surgir no final da década de 1950. Sendo assim, o sonho de Câmara Cascudo estava apenas iniciando.

Após o surgimento de um ambiente propício no estado do RN, a Universidade do Rio Grande do Norte veio a se concretizar em 25 de junho de 1958, através da Lei nº 2.307, que foi sancionada em sessão solene no Palácio do Potengi pelo Governador Dinarte Mariz (1956-1961), que viria a ser reitor da então criada Universidade do Rio Grande do Norte, como mostra a Figura 2. Após sua criação, foi celebrada uma solenidade de instalação, a cerimônia aconteceu no teatro Alberto Maranhão, presidido por Dinarte Mariz.

Figura 2: Fotografia da solenidade de assinatura da Lei nº 2.307 de 1958.



Fonte: Foto de José Seabra em Newton Júnior (2008).

Todas as autarquias locais estavam presentes, além do Diretor de ensino do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e representantes de universidades vizinhas, como Ceará, Paraíba e Pernambuco. O ápice da Solenidade foi o discurso de Câmara Cascudo, intitulado “Universidade e Civilização”, o qual é considerado a “certidão de nascimento”

da UFRN, onde ele com suas palavras, define a Universidade como “plasmadora de Cultura em defesa ascensional da civilização” (Casculo, 1959), como visto na Figura 3.

Figura 3: Câmara Casculo, discursando em Solenidade de Instalação da UFRN.



Fonte: Newton Júnior (2008).

Em artigo publicado em A República, no mês seguinte a criação da universidade, ele comemora instalação da Universidade, nascida “justamente na hora de nascer porque era sonho de lento e ininterrupto crescimento”:

“Uma universidade vive em função do geral, do coletivo e do comum. É planta que exige atmosfera de compreensão, ecologia de entendimentos, interação de estímulo, na fase ascensional dos primeiros anos. Não está circunscrita aos corpos docente e discente. Pede a colaboração, apoio, e acima de tudo, confiança na sua resistência, nas fontes moças da perenidade funcional, na projeção inevitável que lhe competirá no tempo. Se de fatores múltiplos e poderosos depende o arbusto para vingar, florescer e frutificar, que diremos de criação humana, obra terrena, esperando, de todos, os benefícios da esperança renovadora? Uma universidade jamais merece críticos espontâneos, adversários por vocação negativista, recenseadores de falhas, topógrafos de enganos, estatísticos de omissões. Deve ter amigos que a orientem, aparem e prestigiem...” (CASCULO, 1958).

Para Casculo, a universidade é uma escola perene de pesquisas, onde tudo é objeto da curiosidade, onde trabalhos consagrados por vidas inteiras, não terão notoriedade estrondosa ou fama universal. Sendo assim, compreendemos a universidade primeiramente como um lugar histórico de produção de conhecimento, para em seguida analisarmos suas histórias e memórias de fundação.

A Universidade e a Federalização

A federalização da Universidade do Rio Grande do Norte foi realizada a partir de articulações do então Reitor Dr. Onofre Lopes, que segundo Souza (1984), “apelou a todas as lideranças do Rio Grande do Norte”. Um exemplo visto no programa “Memória Viva” da TV Universitária (TVU), foi a entrevista concedida por Onofre Lopes, em 1981 ao jornalista Tarcísio Gurgel, onde ele conta que impedido de entregar ao Presidente Juscelino Kubitschek, um breve memorial no qual defendia a federalização da instituição, Onofre o abordou à saída de uma solenidade para fazer-lhe o pedido pessoalmente, como mostra o trecho transcrito a seguir:

“Voz de Onofre Lopes - [...] Chamei Otto Guerra, que era o vice-reitor, e disse que ia pegar o presidente na saída da reunião. Quando ele saísse da reunião dos bispos, quando ele fosse passando pela porta, nós então abordaríamos o Juscelino Kubitschek. Nós estávamos na porta da escola (a reunião era na parte térrea) e, por fora, muita gente curiosa para ver, naturalmente o presidente. Havia uma multidão razoável. E ficamos, eu e Otto, pacientemente, esperando que o presidente Juscelino terminasse lá a solenidade e fosse sair. Terminados os trabalhos, vem Juscelino andando, com os seus passos largos e vigorosos, e, quando ele foi se aproximando da porta, eu o ataquei (risos). Eu quero fazer um parêntese. A Universidade do Rio Grande do Norte não foi feita só de coisa séria, não. Foi feita, também, de chantagens, de fraudes, de troças, de brincadeiras etc.

Voz de Tarcísio Gurgel – Até onde é possível revelar alguma dessas “chantagens”, dessas “fraudes”, algumas.

Voz de Onofre Lopes – Vou dizer agora mesmo. Dirigi-me ao presidente Juscelino e disse: presidente, eu sou o reitor e aqui o professor Otto Guerra, vice-reitor da Universidade do Rio Grande do Norte. Nós fizemos esta Universidade com intuito de fixar o homem a terra, de aproveitar os nossos valores. É um esforço muito grande dos intelectuais da terra fazer com que se instale uma Universidade. Mas acontece que esta Universidade é estadual. Nós estamos conduzindo com as maiores dificuldades. Nos faltam os elementos humanos essenciais, necessários, de professorado conveniente, categorizado. Nos faltam equipamento, falta espaço, falta prédio, falta tudo. Nós vivemos aqui nessa pobreza e então só temos aqui uma salvação que é federalizar a Universidade. Aqui estamos nós dois (e então eu faço assim um gesto comprometedor, envolvendo toda aquela multidão lá fora) e isso aqui tudo são os professores e alunos (risos), estamos todos aqui apelando a vossa excelência a fim de federalizar a Universidade. Ele então perguntou:

– Quantas unidades tem, já do governo federal?

– Não tem nenhuma. Nós temos a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Direito, que são do estado. As outras são particulares, são mantidas,

aqui, com suor e sangue. Nós vivemos, aqui, com as maiores dificuldades. Então ele se vira para a multidão e diz:

– Eu vou atender. (risos)

Então eu disse:

– Presidente, nós estamos muito felizes com a sua promessa, mas eu quero, desde logo, dizer uma coisa ao presidente. É que eu sou reitor, mas não tenho nenhuma vocação para ser reitor, mas tenho a profunda vocação para ser cobrador. Eu quero que vossa excelência me permita que eu fique cobrando essa sua promessa, aqui.

– Pode cobrar.

E aí começa o trabalho da federalização.”

A narrativa transcrita, é um documento-monumento para a memória da criação da UFRN, pois os reitores são agentes ativos na construção das memórias institucionais a partir das suas memórias individuais e sociais. Para Pollak (1992) nos estudos de história oral, sobretudo aqueles que utilizam entrevistas de histórias de vida, o que se recolhe é obviamente memórias individuais, gerando a problemática de como interpretar tais memórias.

Neste trecho da entrevista, percebe-se que naquele momento, era de suma importância a federalização, visto que a universidade necessitava de amparo financeiro para se manter, já que seus patrimônios não geravam receita suficiente para que cobrisse suas despesas. Com os apelos do Dr. Onofre Lopes, a federalização ocorreu em 18 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.849, como mostra a Figura 4, assinada pelo Presidente em exercício Juscelino Kubitschek (1956-1961), onde ela passou a ser de responsabilidade do Governo Federal, obtendo mais recursos e aumentando a possibilidade de expansão da universidade no RN, sendo este um passo decisivo para sua consolidação no estado.

Figura 4: Página do Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1960, que publicou a Lei nº 3.849, federalizando a Universidade do Rio Grande do Norte.



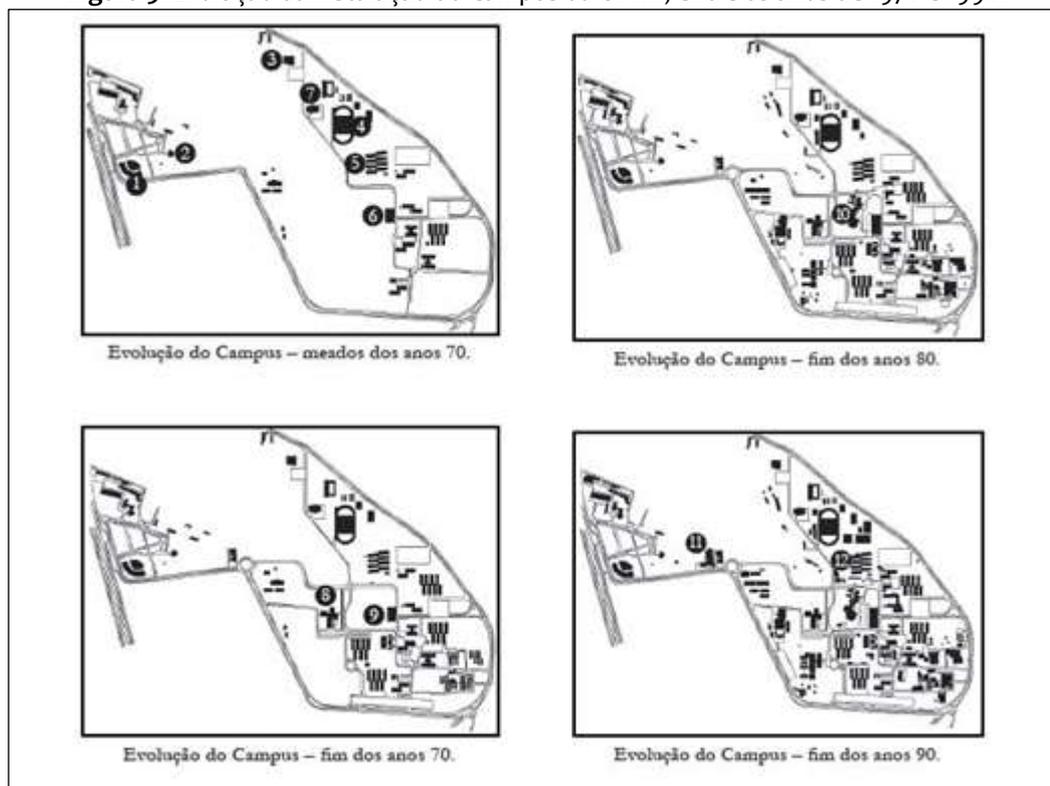
Fonte: Newton Júnior (2008)

A Universidade do Federal do Rio Grande do Norte, passou a ser constituída por cinco estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito e Escola de Engenharia.

Posterior a sua primeira década de federalização, a UFRN já possuía uma estrutura física com unidades de ensino incorporadas como a Escola Doméstica de Natal (1959), Escola de Música (1962) e o Colégio Agrícola de Jundiá (1967). Entre os anos de 1966 e 1972, a UFRN congregou a sua estrutura faculdades ligadas à Fundação José Augusto, criada em 1963 pelo Governador Aluízio Alves, sendo elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal e a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. Cabe destacar que o campus

central da UFRN, situado no bairro Lagoa Nova em Natal (RN), só veio ser implementado em meados da década de 1970, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sendo o projeto inicial do arquiteto paraense Alcyr Meira, que veio a ser concluído na década de 1990, como mostra a figura 5.

Figura 5: Evolução da instalação do Campus da UFRN, entre os anos de 1970 e 1990.



Fonte: Newton Júnior (2008).

A implantação foi noticiada por diversos jornais, dentre eles, destacamos a publicação da revista “O Cruzeiro” no mês de maio de 1973, que noticiou a instalação do então ápice pós regime militar em Natal, tendo indelével importância: “Durante a Segunda Guerra Mundial, um grande terreno vizinho à cidade do Natal servia como Campo de Tiro. Granadas e morteiros cruzavam o ar, interrompendo a circulação de veículos até o treinamento terminasse. Passados 30 anos, neste mesmo terreno, desenvolve-se uma luta diferente. Máquinas pesadas e tratores realizam serviços de terraplenagem; jovens técnicos circulam com suas plantas acompanhando o ritmo incessante das obras; jipes

atravessam o terreno ondulado, criando suas próprias estradas. São 130 hectares de terra para construir, urbanizar, integrar: é o Campus da UFRN que está surgindo”.¹

Na mesma época da construção do Campus, vivenciamos “O Boom Universitário”, que a partir da política de expansão, causou repercussão por todo o Rio Grande do Norte. Criou-se novos cursos em Natal e nos núcleos avançados instalados em Caicó, Macau, Nova Cruz, Santa Cruz e Currais Novos.

Com tamanha notoriedade, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte seguiu em busca de reconhecimentos. Para isto, quatro nomes são, em especial, celebrados e rememorados: Câmara Cascudo, o mentor; Dinarte Mariz, o criador; Onofre Lopes, o construtor; e Januário Cicco, o lidador.

A universidade e seus agentes: os precursores

Alguns nomes são memorados pela UFRN, devido a contribuição direta desses agentes para a construção e consolidação da universidade e de suas memórias. Para Pollak (1992):

A memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

Um desses agentes, já citados no texto é Luís de Câmara Cascudo, considerado o mentor na universidade. Cascudo almejou uma universidade realmente popular no Rio Grande do Norte antes de todos, e conseguiu. Em retribuição, a UFRN homenageou seu mentor com diversos “documentos/monumentos”, como batizando de o museu de Antropologia da universidade com o nome Câmara Cascudo, além de em receber o título de Doutor Honoris Causa e o troféu Juca Pato, em 1978.

¹ Notícia retirada do livro Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 50 anos (1958-2008). Newton Júnior, 2008, p. 27. Citado por VIANA, Grijalva de Melo. Original datilografado.

Figura 6: Câmara Cascudo sendo aplaudido na solenidade de entrega do título Honoris Causa com o troféu Juca Pato em mãos.



Fonte: Foto sem indicação de autoria (NEWTON JÚNIOR, 2008)

Assim como Câmara Cascudo, quem muito contribuiu com o processo de criação e da Universidade foi Dinarte de Medeiros Mariz, o “Criador” da Universidade do Rio Grande do Norte. Dinarte governou o estado do RN de 1956 a 1961. Na solenidade de instalação da universidade, ele discursou sobre a “Criação da Universidade” onde ele disse que “constitui homenagem ao passado numa oferenda às novas gerações, que, nos bancos acadêmicos, se preparam para tornar o Rio Grande do Norte uma expressão cultural à altura da inteligência e da capacidade realizadora de seus filhos”. A solenidade ocorreu no dia 21 de março de 1959.

Figura 7:- Governador Dinarte Mariz discursando em sessão solene de instalação da Universidade do Rio Grande do Norte.



Fonte: Newton Júnior (UFRN, 2018)

Em discurso, 20 anos após a criação da UFRN, Dinarte afirmou:

Chego ao ato maior do meu governo, diria melhor, de minha vida pública, aquele que mais me tocou à inteligência e ao coração, o de que mais me ufano e pelo qual dou renovadas graças a Deus, por me haver feito instrumento de sua criação. Estava reservada a mim, que não me assentei em bancos acadêmicos, que não tive meios de cursar estudos superiores, a glória de dar à juventude de meu Estado o seu galardão maior, a Universidade reclamada por tantas gerações sacrificadas, impedidas de se diplomarem por falta de recursos. Universidade que era o sonho mais alto da coletividade, o seu objetivo maior para alcançar a alforria e a maioridade de seu desenvolvimento cultural. (Newton Júnior, 2008)

Em 1983, ao completar 80 anos, Dinarte recebeu diversas homenagens do estado, dentre as homenagens, está a titulação de Doutor Honoris Causa, entregue pela UFRN pela criação da Universidade. Além da titulação, Dinarte também recebeu uma placa de prata, cravada em corte de pau-brasil, com a escrita de quatro versos traduzidos do francês:

“Grava teu nome em tronco de árvore

que frondosa se tornará.

Mais vale o tronco do que mármore,

pois nele o nome crescerá.”

A UFRN homenageou esses precursores de várias formas. Um dos homenageados foi o primeiro Reitor, Onofre Lopes. O Dr. Onofre Lopes, foi batizado de “Construtor” da UFRN. Primeiro reitor da universidade, deixou a coordenação da Faculdade de Medicina para atuar na reitoria pelo período de 1959 a 1971. Souza (1984) em seus escritos fala sobre a administração de Onofre Lopes e do seu vice, Dr. Otto Guerra, e considera uma administração “digna de todos os encômios”, considerando o contexto da época, que vivia a crise dos anos de 1960.

Figura 8: Reitor Onofre Lopes em foto oficial



Fonte: Foto sem indicação de autoria, (UFRN,2008)

Como feitos de maior destaque em sua administração, podemos citar a federalização das faculdades integrantes do grupo universitário (1960); a criação de institutos, como os institutos Básicos de Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Letras e Artes (1968) e a criação de órgão suplementares, como o Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), que tornou-se órgão suplementar em 1968 e o Centro Universitário de Treinamento e Ação comunitária (CRUTAC), que estendia às comunidades do hinterland potiguar os benefícios da UFRN.

Sendo um sujeito muito humano, várias vezes declarou em discursos oficiais: “Dediquei-me à Universidade para que os jovens de minha terra não tivessem que enfrentar os árduos estudos superiores longe de suas famílias”.

Onofre Lopes foi reitor agregado da UFRN até a sua morte. Faleceu no dia 13 de julho de 1984, no dia em que completava 77 anos, no hospital universitário que foi batizado com seu nome. Quatro anos após sua morte, Onofre Lopes foi homenageado pelo então reitor em exercício, com um monumento, um busto em bronze no jardim interno da Reitoria.

Figura 9: Busto em bronze do Ex-reitor Onofre Lopes no jardim da Reitoria



Fonte: Foto sem indicação de autoria, (UFRN, 2008)

Para Le Goff (1996), monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, como exemplo, escritos e obras comemorativas de arquitetura ou escultura. Assim, o documento, seria ligado a uma noção de prova, tendo sua intencionalidade oposta ao monumento. O monumento seria uma herança do passado, e o documento uma escolha do historiador.

Ainda segundo o autor, entre as manifestações significativas da memória coletiva, encontramos o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos: O primeiro, sendo a construção de monumentos aos mortos após a primeira guerra, em busca de ultrapassar os limites da memória gerando a coesão da nação em torno da memória comum. E o segundo é o surgimento da fotografia, que revoluciona a memória, a multiplicando, democratizando e fornecendo precisão e verdades visuais nunca vistas antes, permitindo-nos assim, preservar memórias do tempo e da nossa evolução cronológica.

Percebe-se que não existe naturalidade na reconstrução do que já passou. As memórias coletivas são vinculadas então, a sujeitos que decidem e constroem as narrativas que devem ser lembradas. Pollak (1992), concorda quando diz:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

O último precursor aqui apresentado é o Médico Januário Cicco, “o Lidador”. Sendo considerado um dos mais importantes nomes da medicina potiguar, em 1909 foi nomeado

médico do Hospital de Caridade Juvino Barreto (que viria a ser o então Hospital Universitário Onofre Lopes), atendendo a 18 leitos com a corroboração de apenas uma enfermeira e uma enfermeira-parteira. Em 1928, o Hospital passou a ser chamado de Hospital Miguel Couto, que funcionava na antiga casa de veraneio do Governador Alberto Maranhão, onde se instalou o hospital inicialmente, transformado pelo Dr. Januário em um prédio atual e com o exercício de vários médicos. Ele também empreendeu a construção da Maternidade de Natal, inaugurada em 1950.

Quando em 1939, a maternidade foi solicitada antes mesmo da sua inauguração para funcionar como hospital militar durante a segunda guerra mundial (1939-1945). Por não ser uma função pensada por Dr. Januário, ele procurou o comandante local das forças armadas para tentar esquivar-se da requisição, não obtendo sucesso ele teria pronunciado a famosa frase: “- Não construí a Maternidade para abrigar homens na guerra e sim para que mulheres pobres do estado dessem à luz em paz.”

Em 1952, o Governador Sílvio Pedrosa propõe a doação do Hospital Miguel Couto à Sociedade de Assistência Hospitalar. Neste mesmo ano, Dr. Januário falece inesperadamente. Onofre Lopes, o sucede na Direção da Sociedade de Assistência Hospitalar, que originou-se da Faculdade de Medicina, uma das cinco primeiras faculdades da UFRN.

Figura 10: Januário Cicco na solenidade de abertura da Maternidade.



Fonte: Araújo (2005)

Lidador incansável, Dr. Januário se dedicou em toda sua trajetória a atividades para além da sua profissão, como suas contribuições na Faculdade de Medicina, que foi aglutinada a universidade, assim, tornando-se um dos precursores nas memórias de criação da UFRN. Em 1961, com a criação da Cátedra de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da UFRN, a instituição assumiu o status de escola que conserva até hoje. Com isso, a universidade não poderia batizá-la com outro nome: Maternidade-Escola Januário Cicco.

Esses documentos e monumentos expostos, e notícias veiculadas na mídia sobre a Universidade desde sua criação tem como finalidade registrar suas buscas em uma nova era do campo educacional e científico no Rio Grande do Norte. Cabe ressaltar que tais notícias são frutos de imagens que a universidade produz de si, conseqüentemente, a imagem da UFRN para a sociedade é a qual a mídia transpassa para ela. E a partir disto, podemos refletir sobre a construção de memória promovida pela própria instituição.

Considerações finais

O ato de preservar memórias do processo de sua criação e consolidação a partir dos documentos e as “monumentalizações” abordadas nesta pesquisa, nos refletem a necessidade de autopreservação e construção de uma memória da própria Universidade. Assim, é possível analisar diferentes significados no contexto histórico, político e educacional. Nessa perspectiva, ao preservar suas histórias e memórias, a UFRN trata de vários aspectos introduzidos e que gradualmente penetram nas suas representações sociais. Dentro dessas representações estão crenças e ideias que integram a cultura escolar da UFRN e nos permitem analisar criticamente esses processos.

Sendo assim, retomamos a importância da problematização assinalada por Le Goff (1996), onde documento/monumento deve ser estudado dentro de perspectivas sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas, jurídicas e sobretudo, como instrumento de poder. Assim, podemos transferir tais documentos do âmbito da memória para a esfera da ciência histórica.

Trata-se de pensar a UFRN como produtora direta de memórias e histórias, e pensar essa produção, por sua vez, como instituidora de lugares de memória que consistem em locais materiais e imateriais (Nora, 1984), que cristalizam a memória de uma sociedade e

de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando um sentimento de construção de pertencimento, que constitui toda a sua identidade social.

Se em dado momento, a memória foi tratada pelos gregos como antídoto de esquecimento e fonte de imortalidade, a UFRN pretende nutrir-se desta fonte. Como disse Câmara Cascudo:

Possa, sob os auspícios destas evocações, reminiscências e saudades, ergue-se, instalar-se, caminhar a Universidade do Rio Grande do Norte para o futuro, pairando sobre todos nós num signo tranquilo e constante de bênção – AS PROMESSAS DA ESPERANÇA! (Cascudo, 1958).

Com todo o exposto, nota-se que preservar e rememorar o processo de criação da universidade é um elemento fundamental para identidade social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, podendo ser considerada como um ritual, constituinte da sua identidade social, instaurando a sua memória construída e a repassando-as para a sociedade, e para si própria.

Referências

ARAÚJO, Iaperi S. **Januário Cicco, um homem além do seu tempo**. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara. Ora! A Universidade... In: _____. **O Livro das Velhas Figuras (vol. IX)**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; UFRN/ Editora Universitária, 2005. p.94-96

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Diógenes da C. **O magnífico: uma biografia de Onofre Lopes**. Natal: Infinita Imagem, 2009

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**. Natal: Fundação José Augusto, 1970. 3v.

MARIZ, Dinarte de Medeiros. **A Universidade que eu criei**. Caicó, 1979.

NEWTON JÚNIOR, Carlos (Org.). **Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - 50 anos (1958 – 2008)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p.7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

RICARDO JUNIOR, Sérgio. **UFRN comemora 60 anos de atuação como agente transformador do Rio Grande do Norte**. 2017. Disponível em: <<https://ufrn.br/imprensa/materias-especiais/12750/ufrn-comemora-60-anos-de-atuacao-como-agente-transformador-do-rio-grande-do-norte>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SOUZA, Itamar de. **UNIVERSIDADE: PARA QUÊ? PARA QUEM?** Natal: Clima, 1984.

TORRES, Vilma Farias. O PROGRAMA MEMÓRIA VIVA E A MEMÓRIA SOCIAL DA UFRN. **Dissertação** (Mestrado), Curso de Estudos das Mídias, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

Artigo recebido em: 18 de maio de 2019

Aprovado em: 06 de agosto de 2019

SOBRE XS AUTORXS

Ana Tereza dos Santos Araújo – Graduanda em licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal do Rio grande do Norte. É bolsista de iniciação científica (PIBIC- CNPq) atualmente no projeto de pesquisa "A Lei e a Escola: uma história da escola no Brasil (1808-2008)" orientada pela professora Maria Inês Sucupira Stamatto. Participa do grupo de pesquisa de História da Educação e realiza pesquisas sobre a História e Memória da UFRN.

Contato: anaterzaaraujo@ufrn.edu.br

ORCID: 0000-0002-9251-9488

Maria Inês Sucupira Stamatto – Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN). É graduada e licenciada em História (URFGS), mestre em Ciência Política (URFGS), doutora em História (Sorbonne), pós-doutora em Educação pela Université de Québec à Montreal (UQAM/Canadá). É vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero/diretório do CNPq, e coordenadora dos projetos de pesquisa "Livro Didático: História do ensino de História no Brasil (1808-2008)" e "A Lei e a Escola: uma história da escola no Brasil (1808-2008)".

Contato: stamattoines@gmail.com

ORCID: 0000-0002-7486-9951

Olívia Morais de Medeiros Neta – Licenciada e Bacharel em História, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professora no Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atua como professora-orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. É sócia da ANPUH, da SBHE e da ANPED. Editora da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (ISSN 1983-0408) e History of Education in Latin America (ISSN 2596-0113). Tem experiência na área de Educação e História, com ênfase em história da educação, história e espaços, teoria e metodologia, historiografia, educação profissional e ensino de história.

Contato: olivianeta@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4217-2914